

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

## Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 596 milhões (31/12/2017 - R\$ 565 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2018, foi de R\$ 68 milhões (31/12/2017 - R\$ 7 milhões).

## Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos totais atingiram R\$ 1.013 milhões (31/12/2017 - R\$ 910 milhões). Desse montante, destacamos, R\$ 407 milhões (31/12/2017 - R\$ 403 milhões) por Títulos e Valores Mobiliários e R\$ 262 milhões (31/12/2017 - R\$ 126 milhões) por Negociação e Intermediação de Valores.

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo total atingiu R\$ 417 milhões (31/12/2017 - R\$ 346 milhões),

representado, principalmente, por obrigações diversas, no montante de R\$ 118 milhões (31/12/2017 - R\$ 205 milhões), representado, principalmente, pela Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais e R\$ 295 milhões (31/12/2017 - R\$ 129 milhões) por Negociação e Intermediação de Valores.

## Outras Informações

A política de atuação da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, Santander Corretora de Câmbio

e Valores Mobiliários S.A. informa que no exercício findo de 31 de dezembro de 2018, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Ademais, a Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 22 de março de 2019

A Diretoria

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	Nota	31/12/2018	31/12/2018
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>12.281</b>	<b>25.676</b>
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		12.303	25.814
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(22)	(138)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>12.281</b>	<b>25.676</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>3.306</b>	<b>70.118</b>
Receitas de Prestação de Serviços		16	82.445
Rendas de Tarifas Bancárias		16	37.949
Despesas de Pessoal		(9)	(9)
Outras Despesas Administrativas		17	(30.007)
Despesas Tributárias		18	(11.349)
Outras Receitas Operacionais		19	15.501
Outras Despesas Operacionais		20	(50.326)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>15.587</b>	<b>95.794</b>
<b>Resultado não Operacional</b>		<b>(28)</b>	<b>(380)</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		<b>15.559</b>	<b>95.414</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>21</b>	<b>(10.530)</b>	<b>(27.216)</b>
Provisão para Imposto de Renda		5.345	(954)
Provisão para Contribuição Social		(2.609)	(7.636)
Ativo (Passivo) Fiscal Diferido		(13.266)	(18.626)
<b>Lucro Líquido</b>		<b>5.029</b>	<b>68.198</b>
<b>Juros sobre o Capital Próprio</b>	<b>14.b</b>	<b>-</b>	<b>(36.596)</b>
Nº de Ações (Mil)	14.a	28.135.346	28.135.346
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		0,18	2,42
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	Nota	31/12/2018	31/12/2018
<b>Atividades Operacionais</b>		<b>5.029</b>	<b>68.198</b>
<b>Lucro Líquido</b>		<b>5.029</b>	<b>68.198</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido</b>		<b>16.120</b>	<b>(12.074)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		14.279	19.668
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	13.c	6.699	(21.587)
Depreciações e Amortizações		17	-
Atualização de Depósitos Judiciais		19	(2.292)
Atualização de Impostos a Compensar		19	(2.566)
Resultado na Baixa de Outros Investimentos		-	169
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>		<b>58.752</b>	<b>36.697</b>
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		8.242	(4.558)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		190.585	(51.567)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		25	541
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(133.666)	109.079
Imposto Pago		(6.434)	(16.798)
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais</b>		<b>79.901</b>	<b>92.821</b>
<b>Atividades de Investimento</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Caixa Líquido Recebido na Alienação de Outros Investimentos		-	-
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		<b>(36.194)</b>	<b>(36.596)</b>
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(36.194)	(36.596)
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento</b>	<b>14.b</b>	<b>(36.194)</b>	<b>(36.596)</b>
<b>Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>43.707</b>	<b>56.225</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício/Semestre</b>	<b>4</b>	<b>30.910</b>	<b>18.392</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício/Semestre</b>	<b>4</b>	<b>74.617</b>	<b>74.617</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>296.000</b>	<b>32.970</b>	<b>226.469</b>	<b>2.298</b>	<b>-</b>	<b>557.737</b>
Plano de Benefícios a Funcionários Lucro Líquido		-	-	-	291	-	291
Destinações:						7.049	7.049
Reserva Legal	14.c	-	352	-	-	(352)	-
Dividendos	14.b	-	-	-	-	(402)	(402)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	3.148	-	(3.148)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	3.147	-	(3.147)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>296.000</b>	<b>33.322</b>	<b>232.764</b>	<b>2.589</b>	<b>-</b>	<b>564.675</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>-</b>	<b>352</b>	<b>6.295</b>	<b>291</b>	<b>-</b>	<b>6.938</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>296.000</b>	<b>33.322</b>	<b>232.764</b>	<b>2.589</b>	<b>-</b>	<b>564.675</b>
Plano de Benefícios a Funcionários Lucro Líquido		-	-	-	(702)	-	(702)
Destinações:						68.198	68.198
Reserva Legal	14.c	-	3.410	-	-	(3.410)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	-	(36.596)	(36.596)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	14.096	-	(14.096)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	14.096	-	(14.096)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>296.000</b>	<b>36.732</b>	<b>260.956</b>	<b>1.887</b>	<b>-</b>	<b>595.575</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>-</b>	<b>3.410</b>	<b>28.192</b>	<b>(702)</b>	<b>-</b>	<b>30.900</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>		<b>296.000</b>	<b>36.481</b>	<b>256.178</b>	<b>4.422</b>	<b>-</b>	<b>593.081</b>
Plano de Benefícios a Funcionários Lucro Líquido		-	-	-	(2.535)	-	(2.535)
Destinações:						5.029	5.029
Reserva Legal	14.c	-	251	-	-	(251)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	2.389	-	(2.389)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	2.389	-	(2.389)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>296.000</b>	<b>36.732</b>	<b>260.956</b>	<b>1.887</b>	<b>-</b>	<b>595.575</b>
<b>Mutações no Período</b>		<b>-</b>	<b>251</b>	<b>4.778</b>	<b>(2.535)</b>	<b>-</b>	<b>2.494</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 1. Contexto Operacional

A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às sociedades da espécie, atuando, dentre outros: na intermediação de operações em bolsa de valores e mercadorias, nos mercados à vista, de opções, a termo e futuro; compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros; formação e gestão, como líder ou participante, de consórcios para lançamento público "underwriting" e administração de fundos. As operações da Santander CCVM são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

## 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander CCVM foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.o).

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 22 de março de 2019.

## 3. Principais Políticas Contábeis

## a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander CCVM.

## b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

## c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

## d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

## e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

## f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrentes de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

## g) Negociação e Intermediação de Valores

De acordo com a norma vigente, o reconhecimento da receita deve ocorrer quando houver confiabilidade na mensuração e for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

A Santander CCVM, como prestadora de serviços financeiros, reconhece sua receita advinda de taxas cobradas de intermediação à medida que seus serviços são prestados.

## h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

## i) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

## 1.1) Outros Investimentos

Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

## 1.2) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear com taxa anual de 10% para móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação.

## 1.3) Intangível

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

## j) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

## Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

## Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 22. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, a Santander CCVM aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

## Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela expansão (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

## k) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A Santander CCVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para os processos cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

## 5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no Resultado	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Valor Contábil
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>407.439</b>	<b>(48)</b>	<b>4</b>					

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 9. Imobilizado de Uso

Composto por Móveis e Equipamentos de Uso e Sistemas de Comunicação, integralmente depreciados.

## 10. Intangível

Composto por gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais, integralmente amortizados, em 2017.

## 11. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e Contribuições a Pagar	1.309	1.160
Passivos Tributários Diferidos	3.702	3.195
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	6.585
<b>Total</b>	<b>5.011</b>	<b>10.940</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.679</b>	<b>8.064</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>3.332</b>	<b>2.876</b>

## a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Direitos Planos de Pensão Pós Emprego	3.195	507	-	3.702
<b>Saldo dos Passivos Tributários Diferidos</b>	<b>3.195</b>	<b>507</b>	<b>-</b>	<b>3.702</b>

## b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

	Diferenças Temporárias IRPJ	Diferenças Temporárias CSLL	31/12/2018 Total Registrado
Ano			
2019	231	139	370
2020	231	139	370
2021	231	139	370
2022	231	139	370
2023	231	139	370
2024 a 2026	695	416	1.111
2027 a 2028	463	278	741
<b>Total</b>	<b>2.313</b>	<b>1.389</b>	<b>3.702</b>

## 12. Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 13.b) <sup>(1)</sup>	97.958	185.703
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.c)	8.042	3.336
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Contratadores (Notas 8 e 13.i) <sup>(1)</sup>	7.080	8.654
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.745	2.583
Plano de Benefício de Aposentadoria (Nota 22.a)	-	3.094
Outras	1.853	1.632
<b>Total</b>	<b>117.678</b>	<b>205.002</b>
<b>Circulante</b>	<b>8.088</b>	<b>5.939</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>109.590</b>	<b>199.063</b>

<sup>(1)</sup> Conforme Carta-Circular 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Processos Fiscais" foi reclassificada de "Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

## 13. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

## a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.1).

## b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 12)	97.958	185.703
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 12)	8.042	3.336
<b>Total</b>	<b>106.000</b>	<b>189.039</b>

	Fiscais 01/01 a 31/12/2018	Fiscais 01/01 a 31/12/2017	Trabalhistas e Cíveis 01/01 a 31/12/2018	Trabalhistas e Cíveis 01/01 a 31/12/2017
<b>Saldo Inicial</b>	<b>185.703</b>	<b>3.318</b>	<b>18</b>	<b>1.993</b>
Constituição Líquida de Reversão <sup>(1)</sup>	(33.435)	1.737	3.410	9.357
Atualização Monetária	6.111	564	26	164
Baixas por Pagamentos	(1.614)	(158)	(873)	(174)
Outros <sup>(2)</sup>	(58.807)	-	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>97.958</b>	<b>5.460</b>	<b>2.582</b>	<b>185.703</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos <sup>(3)</sup>	22.687	1.408	1.375	56.965
				1.161

<sup>(1)</sup> Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.<sup>(2)</sup> Referem-se aos valores de provisão em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.<sup>(3)</sup> Em razão do cenário desfavorável à tese em que se questiona a Majoração de Alíquota da CSLL, e consequentemente, alteração da classificação de êxito dos respectivos processos, a Santander CCVM optou pelo pagamento dos valores discutidos.

## d) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Santander CCVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander CCVM com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander CCVM tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

**Majoração de Alíquota da CSLL - R\$0 (31/12/2017 - R\$54.549):** a Santander CCVM ajustou a lei judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida no Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. Ante a classificação de êxito e o cenário desfavorável nos Tribunais, optamos pelo pagamento dos valores discutidos.**PIS e Cofins - R\$24.354 (31/12/2017 - R\$23.504):** a Santander CCVM interpôs medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e do Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.**e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias**

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo é:

**Dedutibilidade da CSLL no IRPJ - R\$48.454 (31/12/2017 - R\$79.820):** pleiteia a dedutibilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ.**ISS - Instituições Financeiras - R\$8.864 (31/12/2017 - R\$7.932):** refere-se a discussões em processos judiciais e administrativos frente a vários municípios, que exigem o pagamento do ISS, sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.**f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas**

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência e de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

**g) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis**

São ações de caráter indenizatório e referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo e doenças ocupacionais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

**h) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível**

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$509.079 e os principais processos são:

**IRPJ e CSLL - Auto de Infração - Desmutualização das Bolsas - Autos de infração lavrados pela Receita Federal para a cobrança de IRPJ por suposto acréscimo patrimonial quando da transformação societária das Bolsas (Bovespa e BM&F) em sociedades anônimas ("desmutualização"), acarretado pela conversão dos títulos patrimoniais detidos pelas empresas nas Bolsas em ações. Alega-se a impossibilidade de tributação do valor correspondente à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, por tratar-se de mera permuta não havendo, portanto, a incidência de IRPJ e CSLL. Aguarda-se decisão Administrativa ou decisão judicial de primeira instância. O valor envolvido atualizado é de R\$310.079.**

## PIS e Cofins - Desmutualização das Bolsas - Cobrança de PIS e Cofins sobre o resultado na venda das ações que substituíram os títulos da BM&amp;F e Bovespa, sob a alegação de que as ações estariam classificadas em conta de ativo circulante. Referidas ações estavam classificadas em conta de ativo permanente, sendo que a venda das mesmas foi excluída da base de cálculo de PIS e Cofins conforme determina o art. 3, §2, inciso IV da Lei 9.718/1998. Em 31 de dezembro de 2018, o valor era de aproximadamente R\$74.327.

**Compensação Não Homologada - Diversas cobranças Administrativas e Judiciais por parte da Fazenda Nacional, em relação a tributos compensados eletronicamente com créditos decorrentes de Saldo Negativo e pagamento a maior ou indevido. Na visão do Fisco, existem inconsistências contábeis e também nas obrigações acessórias que impossibilitam a verificação do crédito. Os casos estão sendo discutidos no âmbito administrativo e também no âmbito judicial. Em 31 de dezembro de 2018, o valor era de aproximadamente R\$11.274.****I) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Contratadores**

Em 31 de dezembro de 2018, refere-se a ações de natureza fiscal no montante de R\$7.080 (31/12/2017 - R\$8.654), registrado em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 12) de responsabilidade de ex-contratadores. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-contratadores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 8).

**14. Patrimônio Líquido**

## a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é composto por 28.135.346 mil ações, nominativas e sem valor nominal (14.067.673 mil ações ordinárias e 14.067.673 mil ações preferenciais), todas de domiciliados no país.

**b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustados de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da Sociedade e participarão em igualdade de condições, com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas, provenientes da capitalização da correção monetária de qualquer natureza, de lucros em suspensão, reservas ou quaisquer outros fundos.

Em 30 de novembro de 2016, foi aprovado o destaque de juros sobre o capital próprio, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2016, no montante bruto de R\$36.434 (R\$1,29496 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais), equivalente a R\$1,10072 líquido do imposto de renda, por lote de mil ações ordinárias e preferenciais), correspondente ao montante líquido de R\$30.969. O pagamento foi efetuado em 26 de janeiro de 2017.

Em 29 de dezembro de 2017, foi aprovado o destaque de dividendos mínimos obrigatórios, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2017, no montante de R\$402. O pagamento foi efetuado em 27 de fevereiro de 2018.

Em 30 de maio de 2018, foi aprovado o destaque de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$36.596, correspondente a R\$ 0,00260143 por ação. Sobre o valor dos juros remuneratórios do capital investido será efetuada a retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, na forma da legislação em vigor, no montante de R\$ 31.107, correspondente a R\$ 0,00221121 por ação. O pagamento foi efetuado em 04 de julho de 2018.

**c) Reservas de Lucros**

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

**Reserva Legal**

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou garantir o capital.

**Reservas Estatutárias**

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício serão destinados 50% para reserva para refatoração de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander CCVM e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

**15. Partes Relacionadas****a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander CCVM realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2018, fixado no valor máximo de R\$10. A Santander CCVM é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander CCVM não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria. A Santander CCVM, assim como o Banco Santander, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo ligados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 22.b).

**c) Participação Acionária**

A Santander CCVM é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 28.135.280 mil ações (14.067.640 mil ações ordinárias e 14.067.640 mil ações preferenciais), equivalentes a 99,999% do capital social, bem como participação acionária indireta através da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing") de 66 mil ações (33 mil ações ordinárias e 33 mil ações preferenciais), equivalentes a 0,001% do capital social, totalizando uma participação de 100%.

**d) Transações com Partes Relacionadas**

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outros desvantagens.

As principais transações e saldos com o controlador Banco Santander são conforme segue:

	Ativos (Passivos) 01/01 a 31/12/2018	Receitas (Despesas) 01/01 a 31/12/2018	Ativos (Passivos) 01/01 a 31/12/2017	Receitas (Despesas) 01/01 a 31/12/2017
Disponibilidades	32.877	-	1.288	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(1)</sup>	41.740	1.546	17.104	2.336
Rendas a Receber <sup>(2)</sup>	299	546	355	1.550
Dividendos e Bonificações a Pagar (Nota 14.b)	-	-	(402)	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas <sup>(3)</sup> (Nota 17)	-	(60.851)	-	(88.017)
Outras Obrigações - Diversas	-	(109)	-	-
Despesas com Doações	-	-	-	(189)

<sup>(1)</sup> Refere-se às aplicações com vencimento até 3 meses.<sup>(2)</sup> Refere-se à rendas a receber do Banco Santander, S.A. - Espanha (Banco Santander Espanha).<sup>(3)</sup> Refere-se ao convênio operacional com o Banco Santander.

## 16. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Rendas de Comissões de Colocação de Títulos	69.635	59.937
Corretagens de Operações em Bolsas	72.989	57.875
Serviços de Custódia	9.204	9.331
Outras Prestações de Serviços	9.146	10.443
<b>Total</b>	<b>160.974</b>	<b>137.586</b>

## 17. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Convênio Operacional com o Banco Santander <sup>(1)</sup> (Nota 15.d)	60.851	88.017
Comunicações	1.044	1.993
Serviços Especializados	5.271	2.921
Doações (Nota 15.d)	85	26
Depreciações e Amortizações	-	256
Outras	2.894	3.572
<b>Total</b>	<b>70.145</b>	<b>108.785</b>

<sup>(1)</sup> A partir de novembro de 2016, as atividades do objeto social da empresa passaram a ser realizadas pelos funcionários do Banco Santander, seu controlador. Assim, os valores referentes a despesas de pessoal estão classificados como Convênio Operacional.

## 18. Despesas Tributárias

Referem-se, principalmente, às despesas com Cofins, ISS e PIS.

## 19. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Reversão de Provisões Operacionais	-	-
Reversão de Provisão Operacional - Fiscal	34.870	1
Outras	-	-
Atualização de Depósitos Judiciais	5.134	5.158
Atualização de Impostos a Compensar	5.190	5.914
Recuperação de Encargos e Despesas	7.004	401
Juros sobre o Ativo Atuarial	761	600
Outras	6.039	2.040
<b>Total</b>	<b>58.998</b>	<b>13.754</b>

## DIRETORIA

Diretores

Contador

Leonardo Santicioli CRC nº 1 SP 265213/O-3

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossas demonstrações financeiras e da Governança pela demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, devendo, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os processos de avaliação pela Governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

## 20. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>95.414</b>	<b>23.160</b>
Juros sobre o Capital Próprio	(36.596)	-
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>58.818</b>	<b>23.160</b>

**Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente**

Despesas Indeclináveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	5.361	1.710
Demais Ajustes, CSLL 5%	2.372	(6.118)
Demais Ajustes	(8.481)	(1.281)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(27.216)</b>	<b>(16.111)</b>

## 21. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>95.414</b>	<b>23.160</b>
Juros sobre o Capital Próprio	(36.596)	-
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>58.818</b>	<b>23.160</b>

**Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente**

Despesas Indeclináveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	5.361	
---	-------	--